

Artigo

Das ideias às linguagens e conceitos, formas de investigação em pensamento político

*From ideas to languages and concepts, perspectives in
political thought*

André Drumond

Professor de Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (Campus Governador Valadares) e pesquisador do Centro de Estudos Republicanos Brasileiros (DCP/UFMG) andrumond@gmail.com

Resumo: O artigo procura analisar a emergência, relativamente autônoma, das abordagens do contextualismo linguístico e da história dos conceitos. Para tanto, revisitamos, respectivamente, os trabalhos de Roger Collingwood, Quentin Skinner, John Pocock e John Dunn, tanto quanto os trabalhos de Reinhardt Koselleck, ressaltando a originalidade de suas propostas de superação de um repertório tradicional da história das ideias. Na Inglaterra, o contextualismo linguístico surgiria em diálogo com a filosofia analítica, polarizando com uma maneira supostamente tradicional de se fazer história da filosofia. Na Alemanha, por sua vez, a história dos conceitos teria formado um diagnóstico acerca das transformações nas maneiras de se perceber e nomear fenômenos históricos como parte de um processo amplo de modernização. Procuraremos demonstrar que polarizar tais abordagens em termos de uma suposta vocação exclusiva para a sincronia ou a diacronia tende a reduzir a força e o alcance de suas contribuições, desfigurando suas identidades enquanto projetos prolíficos de interpretação histórica.

Palavras-chave: pensamento político, contextualismo linguístico, história dos conceitos

Abstract: The article analyzes the relatively autonomous emergence of linguistic contextualism and of history of concepts, as well as its critical reception by Brazilian studies. To do so, we recuperate, respectively, an assumed link between the works of Roger Collingwood, Quentin Skinner, John Pocock and John Dunn, and also the works gravitating around Reinhardt Koselleck, highlighting the originality of their proposals for overcoming a traditional repertoire of the history of ideas. In England, the linguistic contextualism emerges along with

analytical philosophy, opposing a certain way of doing history of philosophy. In Germany, in turn, the history of concepts formulated a diagnosis on the conceptual transformations that inaugurated the modernization process. We try to demonstrate that opposing such approaches on grounds of diachronic and synchronic interpretations tends to reduce the strength and scope of their original contributions, and so diminishing its own intellectual projects.

Keywords: political thought, linguistic contextualism, history of concepts

Em entrevista recente, alguns dos autores referenciais da área de pensamento social brasileiro foram perguntados, dentre diversas outras questões, acerca do que haveria de marcante nas principais formas de abordagem disponíveis atualmente. Algumas das respostas salientaram, de maneira mais ou menos crítica, a polarização das interpretações em termos de uma analítica textual ou de uma analítica contextual (BOTELHO; SCHWARCZ, 2011). Tal debate, que dá sentido às afirmações dos pesquisadores em tela, conquistou especial centralidade na literatura estrangeira desde o final dos anos 1960, e tem, recentemente, integrado e animado diversas publicações e debates de autores brasileiros. O presente artigo procura refazer esse percurso, analisando a formação das abordagens da assim chamada Escola de Cambridge (ou método collingwoodiano) e da história dos conceitos (Begriffsgeschichte).

1. Ideias em contexto

Para compreendermos o processo de formação da abordagem collingwoodiana, seria preciso voltar nossas atenções para os anos finais da década de 1940. Foi então que Peter Laslett teria desenvolvido seu trabalho de interpretação dos nexos críticos que ligariam muito diretamente *os Dois tratados sobre o governo civil*, de John Locke, ao *Patriarcha*, de Robert Filmer. Seus estudos, que seriam publicados alguns anos mais tarde, teriam despertado especial atenção entre seus alunos – dentre os quais, Quentin Skinner – para a dimensão histórica de interpretação dos trabalhos de filosofia política (KOIKKALAINEN, 2011). Tendo publicado uma introdução à edição dos trabalhos de Locke, Laslett procurou demonstrar que ao invés de se analisar o pensamento do filósofo inglês como fundador do liberalismo, seu trabalho deveria ser visto tanto como uma crítica do absolutismo monárquico, tal qual aparecia em Filmer e diretamente interpelado no *Primeiro tratado*, quanto como uma defesa do governo limitado anterior ao advento da Revolução Gloriosa. Não se tratava de uma interpelação menor. Identificando que

a elaboração do *Segundo tratado* seria anterior ao ano de 1688, defendia o autor que não haveria base histórica para a afirmação de que Locke teria procurado justificar o movimento que derrubara os Stuart. O trabalho de Laslett, assim, seria como o de um precursor da chamada abordagem de Cambridge, que teria, na década de 1960, encontrado suas mais sistemáticas defesas metodológicas.

A despeito de não figurar, geralmente, como a mais importante referência metodológica dos autores em tela, cronologicamente, seria de John Pocock a primeira contribuição, que, já em 1962, publicaria “The history of political thought: a methodological inquiry”¹. O artigo, de certa forma, sistematiza o método de interpretação de que teria lançado mão em seu *The Ancient Constitution and the Feudal Law* – de 1957, livro que se concentra sobre as polêmicas constitucionais da Inglaterra do século XVII através da mobilização de autores que restariam à margem do cânone dos clássicos. Mas seriam dois textos publicados no final da década de 1960 que teriam maior repercussão acadêmica na tentativa de defender uma identidade metodológica para a história das ideias frente aos trabalhos de história e de filosofia praticados à época. Em ordem cronológica, primeiro o artigo de John Dunn, “The identity of the history of ideas” (DUNN, 1968). E, publicado pouco tempo depois, o artigo de Quentin Skinner, “Meaning and understanding in the history of ideas” (SKINNER, 1988[1969]). Nas décadas seguintes, esses três autores passaram a ser identificados como os principais representantes da Escola de Cambridge (TUCK, 2007; SILVA, 2010).

Constituindo uma original confluência dos trabalhos do historiador da filosofia R. G. Collingwood e da filosofia da linguagem de Ludwig Wittgenstein e John Austin, a abordagem dos autores, que encontrou no artigo de Skinner a sua mais acalorada defesa, experimentou grande projeção acadêmica desde os seus primeiros anos, e figurou em trabalhos que levaram a importantes reinterpretações na história do pensamento político ocidental². Uma de suas principais características foi a tentativa de recuperar a dimensão histórico-contextual dos trabalhos de filosofia e de pensamento político.

1 Artigo republicado recentemente, em livro que organiza alguns dos principais ensaios do autor a abordar a relação entre pensamento político, filosofia e história (POCOCK, 2009).

2 Tanto na compreensão de autores clássicos como da reavaliação de pensadores que dificilmente figurariam na história da filosofia política. Dos autores clássicos, a mais expressiva das abordagens foi a de Peter Laslett – que, em sua edição dos *Dois tratados sobre o governo civil*, redefiniu a interpretação do pensamento de John Locke ao indicar a centralidade de sua crítica a Robert Filmer (LOCKE, 1988). O próprio Skinner, vale mencionar, procuraria lançar nova luz à interpretação de Thomas Hobbes ao recuperar sua inscrição no debate em torno da relação entre a Coroa e o Parlamento inglês (SKINNER, 2002a, 2008). Dentre os trabalhos que recuperam autores até então pouco lembrados, além do livro já mencionado de Pocock, figura como expressivo da abordagem de Cambridge o livro de Richard Tuck, *Natural rights theories* (TUCK, 1981). No

De Collingwood encontramos, especialmente, a recuperação da ideia de que as obras do pensamento devem ser compreendidas como formas de intervenção em um dado contexto intelectual. Para ele, a tarefa do historiador da filosofia – ou de qualquer pessoa que se coloque a tarefa de compreender o que um texto diz – seria entender as obras como tentativas de formular respostas para questões postas a seu tempo. Nesse sentido, a compreensão do texto, enquanto uma resposta, deve se dar mediante a consideração do seu contexto, que é aquele que fornecerá as perguntas. Assim, para Collingwood, um leitor de filosofia política não pode ignorar o fato de que até mesmo os grandes autores clássicos estariam orientados a problemas postos em sua época. E de que a leitura de seus textos forneceria apenas uma parte do quadro, sendo, portanto, insuficiente para compreender o que seus autores de fato faziam ao escreverem seus textos. Em suas palavras,

comecei por observar que você não pode descobrir o que um homem quer dizer apenas por estudar suas declarações orais ou escritas [...]. A fim de descobrir seu significado você deve também saber qual era a pergunta [...] para a qual a coisa que ele disse ou escreveu foi concebida como uma resposta (COLLINGWOOD, 1939, p. 31).

Ao compreender o fazer filosófico como inscrito em uma dinâmica pergunta-resposta, a abordagem de Collingwood deixaria como legado a ideia de que as perguntas suscitadas pelo contexto variam ao longo, e que, portanto, as obras dos pensadores políticos não poderiam ser vistas como um debate trans-histórico orientado por questões comuns. Trata-se de um ponto capital, recorrente entre seus críticos. Para o autor, não existiriam problemas ou questões perenes. Elas variariam conforme seu contexto, respondendo a inúmeros fatores. É assim que Skinner, seguindo explicitamente uma senda collingwoodiana, afirmaria, “devemos pensar na filosofia como uma disciplina na qual as questões assim como as respostas mudam o tempo inteiro” (SKINNER, 2012, p. 128).

Além da abordagem “pergunta-resposta”, de Collingwood, os autores da Escola de Cambridge ainda se veriam como herdeiros da filosofia de Wittgenstein e de John Austin.

que se refere a uma espécie de materialização institucional, é importante mencionar a coleção *Ideas in context*, publicação da universidade de Cambridge dirigida por Quentin Skinner – assim como os periódicos *Journal of the History of Ideas*, da Universidade de Cambridge, e o *Redescriptions*, atualmente publicado por duas universidades finlandesas (a de Jyväskylä e de Helsinki).

Do primeiro, restaria a perspectiva de que seria apenas na linguagem que poderíamos encontrar o significado dos conceitos e ideias empregados por um autor. Em trabalho que inaugurou uma nova e prolífica abordagem da linguagem pela filosofia, Wittgenstein afirmaria que a compreensão da linguagem dependeria do contexto em que ela seria utilizada. Dito de maneira breve, o registro descritivo da linguagem utilizada não seria suficiente para determinar seu significado. Por isso, o trabalho de compreensão deveria voltar-se sobre os jogos de linguagem aos quais os usos das palavras estariam integrados, e apenas nos quais encontrariam sentido. Como corolário, encontramos a noção de que a linguagem não pode ser vista como privada, como se seu significado estivesse aberto apenas àquele que a emprega. Que, portanto, deveríamos ser capazes de “pensar o pensamentos dos autores”³. Pelo contrário. Para Wittgenstein, a linguagem é necessariamente pública, posto que seus significados, para que sejam comunicados, devem ser partilhados por seus interlocutores. Ela seria, portanto, intersubjetiva.

De John Austin, por sua vez, os autores da Escola de Cambridge receberiam a teoria dos atos de fala. Em primeiro lugar, essa abordagem teria como preocupação compreender o uso da linguagem como uma maneira de agir no mundo. Ou seja, ela rompe com a ideia de que discurso e ação estariam em domínios distintos. E, em segundo lugar, ao se perguntar o que se faz quando se diz algo, a perspectiva de Austin lançaria luz sobre as diferentes dimensões inscritas em atos de fala. Segundo o autor, o uso da linguagem envolveria, simultaneamente, tanto a enunciação dos elementos discursivos que comporiam a fala, quanto a realização de um ato no próprio emprego da linguagem (como uma promessa ou um compromisso), bem como as consequências ou resultados do falar sobre seus interlocutores – respectivamente, tais dimensões dizem respeito aos assim chamados ato locucionário, ato ilocucionário, e ato perlocucionário (AUSTIN, 1975).

[...] estou generalizando a máxima de R. G. Collingwood no sentido de que o entendimento de qualquer proposição obriga-nos a identificar a questão para a qual a proposição pode ser vista como uma resposta. Eu estou afirmando, ou seja, que qualquer ato de comunicação constituirá sempre a tomada de alguma posição determinada em relação a alguma conversa ou discussão pré-existente. Disso resulta

3 Expressão utilizada por Collingwood, que tinha em vista a necessidade de que para conhecer o pensamento de um autor em sua integralidade, deveria ser necessário, frente aos problemas colocados pelo contexto, recuperar o percurso de seu pensamento enquanto uma resposta formulada. Criticamente, Skinner retomaria a noção wittgensteiniana de que a linguagem não poderia ser vista como um fenômeno privado, mas público (SKINNER, 2002b, p. 120).

que, se quisermos entender o que foi dito, teremos de identificar qual é a posição exata que foi assumida. Até então tenho expressado essa afirmação como nos termos de Austin que afirma que temos de ser capazes de compreender o que aquele que fala ou escreve pode estar fazendo ao dizer o que foi dito. Mas essa é, penso eu, uma característica despercebida fascinante da análise de Austin que por sua vez pode ser vista como uma exemplificação do que Collingwood chamou de lógica da pergunta e resposta (SKINNER, 2002b, p. 115-116).

Sobre essas bases, a abordagem da Escola de Cambridge passa a ser identificada como praticante de uma espécie de contextualismo linguístico. Desde os artigos fundadores de sua autonarrativa, surge como preocupação a retomada dos termos em que o pensamento político é enunciado em sua própria época e contexto, e dos limites históricos e linguísticos para tanto. Dentre os textos já mencionados, recuperaremos do artigo de Skinner algumas contribuições que nos são importantes.

Em “Meaning and understanding in the history of ideas”, Skinner procura delimitar três equívocos comuns nos trabalhos de história das ideias de sua época. O primeiro deles faz referência à ideia de que todo e qualquer autor clássico deva ter dito algo sobre um tema visto como constitutivo de sua área. Para ele, trata-se de uma espécie de mitologia das doutrinas (SKINNER, 2002b, p. 59-67). Esse equívoco, para ele, seria marcante das interpretações que procuram recuperar como um determinado autor se pronuncia acerca de uma doutrina (como a do direito natural, do governo por consenso), quando, na verdade, não haveria em sua época quaisquer indícios para tanto – ou porque a doutrina enquanto tal não existia, ou por que ela não constituía um problema específico para o autor. Assim, para Skinner, o grande problema é que a interpretação resultante, ao invés de mostrar o que um determinado autor “fazia ao dizer o que disse”, acaba por mostrar o que ele não teria dito, e que, na verdade, não poderia mesmo ter dito – pois não era sua intenção, ou tampouco lhe estaria disponível o significado desejado por seu intérprete. Além da chamada mitologia das doutrinas, Skinner se voltaria, ainda, contra a chamada mitologia da coerência e a mitologia da antecipação. A mitologia da coerência (SKINNER, 2002b, p. 67-72) seria característica de interpretações que procurariam resgatar o sentido e a coerência dos conceitos e teorias de autores que, porventura, teriam sido ambíguos ou imprecisos em seus esforços intelectuais. Tais abordagens tentariam, supostamente, ler as entrelinhas dos trabalhos de filosofia, e, preenchendo as lacunas faltantes, tentariam edificar os significados que determinados autores “teriam de

fato em vista". Por fim, a mitologia da antecipação (SKINNER, 2002b, p. 72-79) teria duas características marcantes. De saída, seria marcante em juízos acerca da capacidade de determinados autores ou pensadores serem "pessoas à frente de seu tempo". Para uma abordagem contextual, que procura assumir os significados como necessariamente inscritos em um contexto semântico, nada mais estranho. Outro aspecto seria a avaliação de autores a partir de seu legado futuro. Isto é, avaliar um autor com base no que foi feito de seu pensamento – como se, de antemão, estivessem disponíveis para ele as consequências e destinos daquilo que ele fazia ao dizer o que disse.

Como afirmou Mark Bevir (2011), a defesa ortodoxa da abordagem linguístico-contextual tem arrefecido nos últimos anos, e acabou por dar lugar a comparações e diálogos frutíferos com outras perspectivas. Em especial, tem-se formado uma aproximação com um tipo de abordagem conceitual muito prolífica na Alemanha – que abordaremos mais adiante. De certa forma, esses deslocamentos no campo metodológico sinalizariam uma mudança de foco na própria abordagem de Cambridge. Inicialmente, a preocupação de formação da identidade da disciplina da história das ideias passava pela recuperação dos significados inscritos (mas não restritos) na intenção dos autores do passado. Havia que se fazer um acerto de contas com a filosofia política de Leo Strauss (POCOCK, 2009, p. 115-116; SKINNER, 2002b, p. 71-72), assim como a história das ideias tradicional, praticada por George Sabine (POCOCK, 2009, p. 21-22), assim como por Michael Oakshott (POCOCK, 2009, p. 187-216). Os autores produziram um contraste com abordagens que, supostamente, reificariam os temas e preocupações da filosofia e do pensamento político em um número restrito de questões perenes⁴. Nesse sentido, a proposta de Skinner figura como a mais radical. Para ele, os autores do passado não deveriam ser recuperados na tentativa de responder a problemas do presente. "Nós temos de pensar por nós mesmos" (SKINNER, 2002b, p. 88). Se os problemas são colocados por nosso tempo, se eles são de fato contingentes e históricos, teremos de procurar por nossas próprias respostas. A história da filosofia, assim, apresentaria diferentes respostas para diferentes questões. Não existiriam questões perenes, mas apenas contingenciais.

⁴ Duas publicações singularizam-se por uma visita crítica de diversos autores ao trabalho de Skinner. A mais clássica, por assim dizer, foi organizada por James Tully (1988). Mais recentemente, uma edição do *Journal of the History of Ideas* (edição 73, número 1, janeiro de 2012) voltou a colocar o autor inglês em sabatina – embora, dessa última publicação, o tema da metodologia não tenha sido tratado de maneira exclusiva, tal qual em Tully. Desde a perspectiva da filosofia política, Leo Strauss figuraria como um importante autor que procurou fazer frente à investida da perspectiva historicista por sobre a filosofia (STRAUSS, 1952, 1953, 1988). Em vista de uma tentativa de recuperação do lugar da filosofia face à "tirania da história", vale a visita ao volume organizado por Jonathan Floyd e Marc Stears (2011).

John Pocock, sem discordar de Skinner, ressalta outro aspecto na tentativa de diferenciar a abordagem da história do pensamento político e a perspectiva da filosofia política. Para ele, além da preocupação com a coerência teórico-conceitual propiciada pelo pensamento abstrato, a identidade da filosofia deveria ser encontrada também enquanto formadora de uma tradição histórica específica (POCOCK, 2009). Para Pocock, o partilhamento de uma mesma linguagem, ou de uma mesma problemática, indicaria a formação de uma tradição filosófica (filósofos discutindo com filósofos, utilizando termos e conceitos filosóficos formados ao longo do tempo) que teria continuidade ao longo do tempo, e que não seria redutível à análise filosófica. Existiria, assim, um deslocamento no que se refere às preocupações de um filósofo e de um historiador da filosofia.

As questões com que os filósofos políticos lidam talvez sejam perenes – Eu não pretendo negar isso, embora eu ache que nós precisamos de meios críticos para determinar quando dizê-lo e quando não dizê-lo –, mas precisamente quando o são, elas não podem ser históricas. Pode tratar-se de fato de uma história criada por filósofos lendo e respondendo a outros filósofos – são certamente a ser observados fazendo isso – mas, ao mesmo tempo, há, mais próximo de suas bases, uma história de filósofos não sendo filósofos vinte e quatro horas por dia e recebendo informação e estímulos, ambos filosóficos e não-filosóficos, habitando os mesmos momentos históricos e sociais em que eles acabam vivendo. Se a filosofia política existe no mundo da história concreta, ela não tem uma história completamente sua, e suas tentativas de se dotar de uma são apenas uma parte do que aconteceu (POCOCK, 2009, p. 52).

O debate sobre o que é uma tradição não é exógeno à perspectiva de Skinner. Seguindo os autores da filosofia da linguagem, embora os significados estejam inscritos no jogo de linguagem no qual os atos de fala tem lugar, existem acordos e entendimentos prévios. A linguagem, ou o jogo, não é inventado ou criado na interação. A linguagem, enquanto intersubjetiva, tem continuidade no tempo⁵. O ponto que gostaríamos

5 O texto de Skinner, e particularmente o artigo de 1969, é enfático em ressaltar a importância de que o historiador do pensamento compreenda a inscrição histórica, e assim o significado que o trabalho em estudo adquiriu à época. No entanto, seria exagero depreender que a análise de Skinner seria incapaz de lidar com dimensões diacrônicas da interpretação, ou mesmo com a continuidade dos atos de fala por meio do registro do texto escrito. Nesse sentido, e as razões apresentaremos na sessão seguinte de nosso texto, discordamos das críticas que, fixando-se sobre uma suposta hiper-presentificação da teoria dos atos de fala, rejeitaria o projeto historicizante da Escola de Cambridge (BRANDÃO, 2007; FEMIA, 1988; FERES JÚNIOR, 2005). Tais críticas, em geral, tendem a dissociar o arsenal metodológico skinneriano de seus trabalhos de interpretação histórica (MINOGUE, 1988), identificando entre eles incompatibilidades definitivas.

de ressaltar é que, ao mesmo tempo em que procuram os autores da Escola de Cambridge atar as interpretações ao contexto histórico-linguístico e à intenção de seus autores, forneceram termos para pensarmos a relação entre sincronia e diacronia.

2. Diacronia versus anacronismo?

Em seu texto de 1969, Skinner procede à forma dos iconoclastas, não poupando críticas ao emprego de análises anacrônicas. O purismo reclamado pelo texto, não sem alguma razão, gerou importantes críticas quanto ao obscurecimento da dimensão propriamente diacrônica do trabalho de interpretação histórica. Como procuraremos demonstrar, ainda que não resolvida, essa tensão será enfrentada de maneira mais direta no trabalho de John Pocock. Todavia, parece-nos equivocado afirmar que a diacronia esteja ausente dos trabalhos metodológicos de Skinner. Para tanto, três pontos nos serão importantes: a recuperação da relação entre ato de fala e os jogos de linguagem; a dimensão perlocucionária dos atos de fala; bem como a noção de genealogia de ideias.

No que se refere à relação entre ato de fala e os jogos de linguagem, parece-nos importante indicar que a recepção dos debates da filosofia da linguagem teria marcado, em Skinner, a ideia de que a linguagem não poderia ser entendida como fenômeno privado ou individual. A linguagem, para se constituir enquanto tal, depende de uma comunidade linguística a partilhar os significados atribuídos pelos sujeitos na dinâmica comunicacional. E, justamente na medida em que ela constituiria um domínio relacional, a linguagem, ou os jogos de linguagem, não poderia ser inventada pelo ato de fala. Sua *performance*, portanto, não esvaziaria, mas apenas atualizaria, os sentidos e significados partilhados pelos interlocutores. Haveria, portanto, um vetor de continuidade inerente à própria linguagem. A presentificação, se necessária para compreender o significado específico a que um autor recorreu, não apaga o fato de que seu ato de fala opera em um jogo de linguagem que é público. Embora os jogos de linguagem não esgotem ou contenham em si os atos de fala, estes não lhe poderiam ser independentes.

Em segundo lugar, como vimos, a noção de ato perlocucionário, também marcada na “recepção” que Skinner faz da filosofia da linguagem, mas dessa vez de John Austin, faria referência à dimensão estratégica da fala. Em ênfase, as consequências e efeitos produzidos pelo discurso. Ou seja, o ato ilocucionário, para essa perspectiva, não

poderia ser entendido como dissociado do ato perlocucionário, posto que ele não seria extinto com a sua execução.

Em terceiro lugar – e essa é uma consideração que ganha clareza apenas mais recentemente –, Skinner tem cada vez mais se voltado ao tema da genealogia de ideias – um movimento que, explicitamente, indica uma afinidade com o trabalho de Friedrich Nietzsche (SKINNER, 1998, 2012). Tal qual notado por Lane (2012), nas primeiras décadas de seu trabalho, Skinner costumava se referir ao trabalho do historiador das ideias como se envolvido em rotinas de “escavação”, as quais teriam em vista resgatar ou “recuperar” perspectivas relegadas ao lixo da história. Haveria, explicitamente, não apenas uma analogia, mas uma aproximação substantiva para com trabalhos de arqueologia. O historiador do pensamento político seria uma espécie de arqueólogo das ideias. Em trabalhos mais recentes, no entanto, Skinner viria se utilizando, crescentemente, de outra analogia. Para ele, conforme nos mostra a autora, o mote principal do historiador do pensamento, agora, seria a necessária análise e compreensão da genealogia de nossas ideias políticas. Como o próprio Skinner afirma, sem negar a autora, é que apenas recentemente teria tido um contato mais sistemático com tais termos, o que teria ocorrido através do trabalho de Mark Bevir (SKINNER, 2012).

Dessa forma, no que se refere ao trabalho de Skinner, entendemos que a polêmica primeira em que se colocava seu trabalho trazia a dimensão sincrônica como inescapável para uma compreensão historicamente determinada dos trabalhos de história do pensamento político. Há, aqui, uma tomada de posição em relação à tradição filosófica de então. Nessa polêmica, resultou como primaz a identificação dos limites históricos-contextuais em que se inscreveriam os atos de fala. Mas, como vimos, a proposta historicista, quando interpelada em sua própria historicidade, não necessariamente recusaria a existência de vetores diacrônicos. Pelo contrário, como procuramos demonstrar, sincronia e diacronia seriam nela dimensões incontornáveis, e mesmo indissociáveis, no estudo do pensamento político⁶.

A tensão entre sincronia e diacronia, percebida pelos críticos em Skinner, e que atribuímos à disputa da identidade acadêmica entre a história das ideias que se queria

⁶ O livro de Skinner, *As fundações do pensamento político moderno* (2009), seria particularmente expressivo dessa abordagem integrativa entre sincronia e diacronia. Atravessando mais de três séculos de história, o autor procura, na compreensão dos diversos vetores que compareceriam na formação da moderna concepção de Estado, identificar as continuidades e rupturas do legado da tradição escolástica e dos glosadores.

praticar pelos autores e certa imagem da filosofia política coetânea por eles construída, teria contornos distintos no trabalho de John Pocock. Embora ele também partilhe da noção de que o trabalho de história das ideias políticas deva se diferenciar dos trabalhos próprios do campo da filosofia política, sua proposta tem especificidades importantes para com a de Skinner. Sua intervenção, menos visível entre os debates metodológicos, fixar-se-ia menos na compreensão de autores específicos⁷, e mais sobre a trajetória histórica de formação de linguagens políticas. Ao utilizar a linguagem skinneriana, tratar-se-ia menos da análise do significado dos atos de fala, e mais dos jogos de linguagem em que esses se inscreveriam.

Como apresentado na seção anterior, a primeira intervenção de Pocock viria a lume em 1962. Nesse texto, que antecede em sete anos o clássico *Meaning and Understanding in the History of Ideas*, de Skinner, o autor procura caracterizar o campo do pensamento político como operativo em diversos níveis ou graus de abstração. Diferenciando-se da perspectiva tradicionalista, ele inscreve como um problema eminentemente histórico – e não teórico ou filosófico – a determinação de quais os graus de abstração em que teria operado este ou aquele autor, esta ou aquela tradição política. Um historiador poderia, muito legitimamente, escolher ocupar-se com o pensamento político em sua expressão mais filosófica ou prática. Todavia, não poderia ele pressupor ser este, ou aquele, o único nível, tampouco atribuir-lhe caráter autônomo. A dimensão fundamental do trabalho do historiador do pensamento político, nos termos de Pocock, seria justamente a habilidade em explorar as diferentes relações que o esforço de teorização e de abstração pode desenvolver – e historicamente desenvolve – com a experiência e a ação histórica. Coloca-se, além da consideração dos diferentes níveis de abstração, também a apreciação das diferentes linguagens em que os conceitos empregados em discussões políticas podem tomar lugar (POCOCK, 2009, p. 14). De tal forma, o estudo do pensamento político passaria a estar cada vez mais relacionado à sua inscrição histórica em uma ou mais formas de discurso, e, portanto, na apreciação da amplitude e possibilidades próprias das linguagens em que se forma. Reconstituir, portanto, as linguagens do debate político seria a tarefa primordial do historiador (POCOCK, 2009, p. 82).

⁷ Skinner, ao lado de Richard Tuck, é tido como dos maiores intérpretes contemporâneos de Thomas Hobbes, da mesma forma que Peter Laslett e John Dunn seriam das principais referências em John Locke. John Pocock é um importante intérprete de James Harrington, mas seus trabalhos têm um caráter mais marcadamente transversal que os dos demais.

Em artigo publicado em 1987, e incluído em uma coletânea de 2009, Pocock apresenta uma importante consideração que pode nos auxiliar a compreender melhor algumas das distinções de seu trabalho para com o de Skinner. No texto em tela, o autor procura repor a interpretação dos tempos históricos em relação aos textos políticos e filosóficos. A curta duração, para ele, remeteria ao tempo imediato da intervenção produzida pelo texto – na linguagem empregada por Skinner, a sua ilocução, ou o ato ilocucionário. A média duração corresponderia ao tempo da constituição de uma linguagem. Por fim, a longa duração remeteria ao secular processo de formação e composição de gramáticas e estruturas linguísticas e mentais. Para Pocock, o primeiro passo a ser tomado pelo historiador, mas só o primeiro, é recuperar o que um autor fazia ao escrever um texto. Trata-se de reconstituir em termos inteligíveis ao historiador a experiência do autor, e não repeti-la (POCOCK, 2009, p. 108). Ter um domínio razoável acerca do que um autor fazia ao escrever o que escreveu seria uma parte importante do trabalho do historiador. Seria fundamental, no entanto, seguir adiante. Dadas as limitações circunstanciais das performances discursivas, o pesquisador deve ser capaz de aprofundar sua análise voltando-se sobre a forma como retóricas e linguagens políticas mais amplas condicionariam e verteriam as maneiras de se expressar em discursos públicos. Como Pocock procuraria sustentar, um autor nunca tem domínio completo sobre as linguagens e os repertórios de ideias e valores de que se utiliza.

Em trabalho originalmente publicado em 1987, Pocock se referiria à dimensão mais imediata do ato de fala (ou linguístico – *act of speech*) como necessariamente inscrita em um campo semântico mais amplo, o qual seria constituído por diversos sedimentos de historicidade. Amparado no legado dos estudos de Ferdinand de Saussure, Pocock aborda de maneira mais sistemática a distinção entre *parole* e *langue*.

A noção de *parole* remeteria ao ato discursivo em si, ao significado imediato que acompanha a moção linguística feita por determinado agente diante de determinados interlocutores. Trata-se da *performance* linguística, que, a despeito de constituir uma forma intersubjetiva de comunicação, está sempre limitada às circunstâncias de sua execução e às estreitas fronteiras impostas pela intenção dos autores. O conceito de *langue*, por sua vez, faria referência a um domínio mais amplo, necessariamente irreduzível ao ato discursivo singular. Não se trata, é claro, da expansão de seu sentido de maneira a designar uma língua ou idioma nacional – como na assertiva de que ingleses

e franceses falam idiomas distintos. A linguagem, enquanto fenômeno de retórica e discurso, deveria ser entendida como forma reiterada de se formar e comunicar valores e ideias. A indicação de sua reiteração, de caráter relativamente fixo e naturalizado, portanto, estabeleceria como condição que a linguagem não seja redutível ao texto – mas, como afirma Pocock, seja visível apenas enquanto contexto. Duas condições são então estabelecidas para a relação entre texto (*parole*) e contexto (*langue*). Em primeiro lugar, qualquer autor lançaria mão, conscientemente ou não, de diversos operadores linguísticos rotinizados. Isto é, todo texto, ainda que inadvertidamente, se formaria em diversas linguagens e retóricas – não sendo a coerência ou lógica interna um requisito do pensamento político. Em segundo lugar, a linguagem seria visível na medida em que se institucionalize enquanto forma de discurso, ou seja, quanto mais suas ideias e formas de expressão se tornarem convencionais. Dessa maneira, Pocock estabelece o terreno das linguagens políticas como aquele mais apropriado para o historiador do pensamento político. Como ele mesmo diz, de maneira sintética, “we wish to study the languages in which utterances were performed, rather than the utterances which were performed in them” (POCOCK, 2009, p. 89). Suas preocupações, portanto, estariam menos voltadas para os atos discursivos, e mais para as continuidades trans-históricas que formam e constituem as linguagens e as retóricas da política.

A perspectiva histórica da Escola de Cambridge, que aqui abordamos na lavra de dois de seus mais importantes representantes, Quentin Skinner e John Pocock, tem ocupado lugar central nos estudos mais recentes em história do pensamento político. De maneira crescente, no entanto, outra abordagem tem ganhado visibilidade, chegando a constituir um campo muito profícuo de investigação histórica, a história dos conceitos (FERES JÚNIOR; JASMIN, 2007; KOSELLECK, 2006; RICHTER, 1995, 2006; SILVA, 2009) – ou, à forma de seus praticantes, recorrendo ao termo original em alemão, *Begriffsgeschichte*⁸. Como já havíamos dito, ambas as perspectivas rompem com um repertório corrente, à época, de estudos em história das ideias. A abordagem collingwoodiana produziria uma ruptura mais sonora, o que seria particularmente visível na crítica skinneriana de 1969 e nos debates posteriores (protagonizados também por John Pocock) com autores, e

⁸ João Feres Júnior foi, inclusive, um dos fundadores, e o primeiro editor, junto a Sandro Chignola, da revista *Contributions to the history of concepts*, em 2005 – revista que tem sido, ao lado da *Ariadna Historica* (publicada pelo grupo *Iberconceptos*), um dos principais veículos de publicação de grupos acadêmicos organizados em torno da proposta da história conceitual alemã.

o legado intelectual de autores, como Leo Strauss e Michael Oakshott⁹. Por sua vez, a história conceitual teria em vista um rompimento – embora não tão anunciado – com as maneiras convencionais de se escrever história na Alemanha. Em especial, tratava-se, para Reinhardt Koselleck, de elaborar uma forma de compreender os conceitos e as palavras do passado como integradas aos contextos sociais e históricos em que apareceriam (KOSELLECK, 2006, p. 267). E, para tanto, seria preciso diferenciar seu percurso de investigação daqueles trilhados tanto pela história intelectual (*Geistesgeschichte*) quanto pela história das ideias (*Ideengeschichte*) na Alemanha (RICHTER, 2006, p. 46).

Na abordagem da história conceitual, procuraremos nos concentrar sobre o trabalho de seu precursor, Reinhardt Koselleck, a partir de dois aspectos centrais de sua tese. Em primeiro lugar, interessa-nos saber como esse autor, em diálogo com a hermenêutica de Hans Gadamer e a fenomenologia de Martin Heidegger, tencionaria a relação entre linguagem e história. Em uma senda distinta daquela percorrida pelos autores de Cambridge, a história dos conceitos alemã inscreveria também o domínio da linguagem como imprescindível para uma acurada compreensão dos fenômenos políticos em seu próprio contexto histórico. Em segundo lugar, a abordagem de Koselleck estabeleceria como foco de análise duas condições específicas em suas investigações históricas: as categorias de espaço de experiência e horizonte de expectativas. Como veremos, trata-se de questões fundamentais da sua interpretação acerca do processo histórico atravessado pela Europa entre os anos de 1750 e 1850.

Assim como Skinner e Pocock, Koselleck entende que o domínio da linguagem é inescapável a todo empreendimento de compreensão da história. Essa proximidade, visível apenas em um alto grau de generalidade, quando vista de perto, demonstraria a identidade própria do trabalho do historiador alemão. Embora ele assuma que a mediação da linguagem é um fato que se impõe a toda tentativa de compreensão de um fenômeno – pois os fatos não chegam a nós senão por meio de imagens e ideias cujos significados estariam inscritos nos domínios da linguagem – a história, enquanto tal, não estaria contida ou restrita a esse campo. Dito de outra forma, a história não seria

⁹ A título de ilustração, Pocock chega a afirmar sua recusa em designar por “história das ideias” o seu trabalho, preferindo utilizar a expressão história das linguagens ou discursos políticos (POCOCK, 2006, p. 89-90). Tal designação seria importante para marcar o fato de que apenas as linguagens políticas, além de seus autores, seriam dotadas de uma historicidade capaz de ser descrita – diferentemente das ideias – em seu sentido convencional. Para o autor, como requisito para um trabalho histórico, não faria sentido buscar o significado das ideias senão nas linguagens efetivamente empregadas e nas quais estariam inscritas.

reduzível aos atos linguísticos. Haveria, assim, um domínio próprio da história, não reduzível à linguística ou à análise estrita da linguagem.

Os acontecimentos históricos não são possíveis sem atos de linguagem, e as experiências que adquirimos a partir deles não podem ser transmitidas sem uma linguagem. Mas nem os acontecimentos nem as experiências se reduzem à sua articulação linguística. Pois, em cada acontecimento entram numerosos fatores que nada têm a ver com a linguagem, e existem estratos da experiência que se subtraem a toda comprovação linguística [. . .]. Linguagem e história permanecem dependentes uma da outra, mas nunca chegam a coincidir inteiramente (KOSELLECK, 2006, p. 267).

Se Koselleck toma a compreensão da linguagem como passo fundamental, o trabalho do historiador deveria, ainda, seguir um passo adiante. Isso porque os atos linguísticos não seriam meros ou simples espelhos da realidade. Não seriam reflexos fiéis do mundo exterior, posto que dotados de características próprias. Tampouco seriam agentes autônomos, infensos à história e às mudanças materiais e sociais. A linguagem e os atos linguísticos seriam, na verdade, tanto agentes de ação quanto reação (KOSELLECK, 2006, p. 268).

Mas, para o autor, a preocupação central restaria nesse domínio que, embora só possa ser compreendido com recurso à linguagem, não estaria nela contido. E, para tanto, importaria compreender a distinção entre palavras e conceitos. Para Koselleck, o processo de formação de conceitos teria algo a dizer sobre mudanças históricas. A diferença primordial entre a palavra e o conceito seria a existência ou não de uma disputa profunda e central por seu significado. Enquanto as palavras designariam objetos, eventos, ideias ou condições socialmente estabelecidas, os conceitos experimentariam uma necessária contestação semântica. O seu caráter polissêmico, assim, não poderia ser entendido como simples fruto de incompreensão ou imperícia linguística. Tratar-se-ia, antes, de uma disputa por significados precipitada por fatores e condições históricas específicas. É nesse sentido que, para o autor, o século que separa os anos de 1750 e 1850 é chave para a compreensão do processo de modernização na Alemanha, pois seria justamente nesse período – denominado de *Sattelzeit* – que o seu vocabulário social e político básico passaria por transformações marcantes. Tais mudanças implicariam, segundo Koselleck, em formas de se experimentar e vivenciar os diferentes tempos da história, recolocando, então, a relação entre história e linguagem.

Poderemos avaliar o espaço da experiência e da expectativa passadas, na medida em que ele pode ser apreendido conceitualmente dentro da economia linguística do passado e foi efetivamente articulado na linguagem das fontes (KOSELLECK, 1999, p. 268).

As noções de espaço de experiência e de horizonte de expectativas seriam fundamentais para o trabalho do historiador alemão. Para ele, tratar-se-iam de categorias meta-históricas. Ou seja, categorias que o seu trabalho não se proporia historiar enquanto linguagem utilizada pelas fontes, mas que deveriam figurar como categorias de conhecimento a informar a investigação do historiador. Trata-se de categorias formais,

categorias do conhecimento capazes de fundamentar a possibilidade de uma história. Em outras palavras: todas as histórias foram constituídas pelas experiências vividas e pelas expectativas das pessoas que atuam ou que sofrem (KOSELLECK, 2006, p. 306).

A categoria de espaço de experiência remeteria aos limites compreendidos pelas fontes como parte de seu presente histórico, à maneira como o passado estaria ligado ao seu presente. “A experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados” (KOSELLECK, 2006, p. 309). A noção de horizonte de expectativas faria referência ao sentido das ações dos homens, à sua vinculação e projeção presente ao futuro. “Algo semelhante se pode dizer da expectativa: também ela é ao mesmo tempo ligada à pessoa e ao interpessoal, também a expectativa se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto” (KOSELLECK, 2006, p. 310). Cada uma dessas categorias, assim, diz respeito às formas com que estruturas temporais seriam constituídas através do discurso e da linguagem de um momento histórico.

Passado e futuro, assim, seriam continuamente disputados. Esse é o diagnóstico e parte da tese central de Koselleck acerca da modernidade, período em que as formas de se experimentar o passado iriam cada vez mais se afastando das maneiras de se projetar sobre o futuro. O desenvolvimento técnico e científico, sintetizado pela noção de progresso, lançaria para a modernidade a projeção sobre o futuro como condição permanente da ação presente.

3. Considerações finais

Seguindo percursos próprios e originais, tanto a história das linguagens e das ideologias políticas quanto a história dos conceitos constituem tentativas de formação de um repertório crítico às histórias das ideias tradicionalmente praticadas na Inglaterra e na Alemanha. Procuravam, então, compreender o pensamento político não a partir da coerência ou lógica de suas ideias, mas da consideração dos significados históricos e políticos em que estavam imersas. Em atenção ao método que propõem, a compreensão dessas novas propostas de estudos do pensamento político deve se dar em atenção aos seus contextos de formação. É nesse sentido, como propusemos, que suas propostas iniciais devem ser entendidas como formas singulares de delimitação e identificação do campo da história frente às narrativas supostamente tradicionais da filosofia.

Passadas algumas décadas, o tema da afirmação da identidade intelectual do historiador do pensamento político frente ao filósofo vem perdendo importância. Refletindo seu fortalecimento institucional, o campo da história do pensamento político tem visto multiplicar, nos últimos anos, suas preocupações. Em primeiro lugar, tornou-se crescentemente tensa a relação entre as perspectivas da Escola de Cambridge e da história conceitual alemã, antes desconhecidas, hoje rivais. Embora não falem tentativas qualificadas de combinação de suas contribuições metodológicas (RICHTER, 1995), certo é que a tônica remete a disputa em torno da hegemonia do campo internacional dos estudos em pensamento político.

Uma dimensão ainda pouco explorada, no entanto, seriam os diferentes diagnósticos acerca da modernidade a que essas abordagens estariam vinculadas. Isto é, para além da exploração e do diálogo metodológico, necessariamente árido, seria interessante uma maior interpelação de suas analíticas. Se, de um lado, como nos diz Koselleck, o projeto conceitual estaria necessariamente vinculado a uma teoria da história (KOSELLECK, 2006, p. 306), poderíamos o mesmo dizer do projeto de Cambridge? A abordagem skinneriana, em sua faceta ortodoxa, remete a uma espécie de teoria da ação linguística pouco porosa à história. Daí as críticas, das quais participam importantes pesquisadores brasileiros. Mas o recorte, ou a parcialidade da interpretação, acaba por ocultar uma importante expressão dos trabalhos da Escola de Cambridge. A compreensão crítica

das disputas, no entanto, poderia vir através de um aprofundamento comparativo das teorias históricas, ou diagnósticos da modernidade, oferecidos por essas abordagens.

A despeito de não visitar diretamente as contribuições do projeto alemão, Pocock (2006) lança importantes perguntas acerca da relação entre a metodologia conceitual e a tese geral acerca da modernização alemã nos séculos XVIII e XIX. Preocupação essa que encontraria acolhida também por Melton (2006), ao lançar luz sobre o caráter radicalmente conservador do trabalho de Otto Brunner. De que maneira o projeto alemão se confrontaria com a tentativa dos autores de Cambridge de recuperar a linguagem e a tradição do republicanismo na modernidade? Para Koselleck, o republicanismo consistiria em um conceito de movimento representativo do processo de aceleração do tempo na modernidade (KOSELLECK, 2006, p. 325), e, como tal, dependente de condições históricas e intelectuais determinadas.

Em segundo lugar, assiste-se à formação de uma rede de estudos internacional. Os interesses não são mais restritos às histórias da Inglaterra e de suas heranças do renascimento italiano, ou mesmo da modernização alemã e europeia. Escreve-se história dos conceitos na China, no Japão, na Finlândia, Brasil (RICHTER, 2006; FERES JÚNIOR, 2009)¹⁰. E o fortalecimento do campo de estudos não implica, necessariamente, na importação das abordagens europeias – para usar uma linguagem afeita à história das ideias no Brasil. Embora seja sempre possível, embora redutor, replicar uma investigação em outro contexto, trabalhos recentes demonstram uma clara tentativa de interpelar suas próprias tradições de maneira original e criativa (ver, por exemplo, PALTÍ, 2006). Mas, se é verdade que tais abordagens ainda dizem muito pouco das formas tradicionalizadas de se estudar a história do pensamento político no Brasil (cf. BRANDÃO, 2007; LYNCH, 2013; RAMOS, 1995; RICUPERO, 2007; SANTOS, 2002), a sua recepção favorável – sobretudo da história conceitual – e as prolíficas (e meritórias) possibilidades de desdobramentos de seus projetos tornam salutar o confronto crítico.

Ao invés da recusa de diálogo, marca de abordagens que se pretendem definitivas, nossa inteligência se aproveitaria melhor de uma consideração cuidadosa e detida das potencialidades de se enfrentar, na amplitude das contextualidades contemporâneas, os desafios da história do pensamento político brasileiro.

¹⁰ Note-se, em especial, o projeto do *Léxico da história dos conceitos políticos no Brasil*, que integra o já citado *Iberconcepts*.

4. Referências bibliográfica

- AUSTIN, John Langshaw. *How to do things with words*. 2. ed. Oxford: Clarendon Press, 1975. (The William James lectures).
- BEVIR, Mark. The Contextual Approach. In: KLOSKO, George. *The Oxford Handbook of the History of Political Philosophy*. 1. ed. Oxford, England: Oxford University Press, 2011. p. 11-24.
- BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilian. Simpósio: cinco questões sobre o pensamento social brasileiro. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 82, p. 139-159, 2011. Acesso em: 6 mar. 2012.
- BRANDÃO, Gildo Marçal. *Linhagens do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 2007.
- COLLINGWOOD, Robin George. *An autobiography*. London; New York: Oxford University Press, 1939.
- DUNN, John. The Identity of the History of Ideas. *Philosophy*, ArticleType: research-article/Full publication date: Apr., 1968. Copyright © 1968 Royal Institute of Philosophy, v. 43, n. 164, p. 85-104, 1 abr. 1968. Acesso em: 17 out. 2013.
- FEMIA, Joseph. An historicist critique of “revisionist” methods for studying the history of ideas. In: TULLY, James (Org.). *Meaning & Context, Quentin Skinner and his critics*. Princeton: Princeton University Press, 1988.
- FERES JÚNIOR, João. De Cambridge para o mundo, historicamente: revendo a contribuição metodológica de Quentin Skinner. *Dados*, v. 48, n. 3, p. 655-679, 2005. Acesso em: 16 fev. 2012.
- _____. *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- _____; JASMIN, Marcelo Gantus. *História dos conceitos: diálogos transatlânticos*. São Paulo: Loyola, 2007.
- FLOYD, Jonathan; STEARS, Marc. *Political philosophy versus history? Contextualism and real politics in contemporary political thought*. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2011.
- JASMIN, Marcelo Gantus. História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 20, n. 57, p. 27-38, 2005. Acesso em: 16 fev. 2012.

- _____. História dos conceitos e pensamento político e social: para um quadro preliminar das questões teóricas que incomodam o pesquisador. In: FRANÇA, S. S. L. (ed.). *Questões que incomodam o historiador*. São Paulo: Alameda, 2014. p. 47-70.
- KOIKKALAINEN, Petri. Contextualist dilemmas. *History of European Ideas*, v. 37, n. 3, p. 315-324, set. 2011. Acesso em: 31 out. 2013.
- KOSELLECK, Reinhart. *Critica e crise uma contribuição à patogenese do mundo burguês*. [S.l.]: Contraponto, 1999.
- _____. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto e Puc-Rio, 2006.
- LANE, Melissa. Doing Our Own Thinking for Ourselves: On Quentin Skinner's Genealogical Turn. *Journal of the History of Ideas*, Volume 73, Number 1, January 2012, v. 73, n. 1, p. 71-82, 2012. Acesso em: 24 out. 2013.
- LOCKE, John. *Two treatises of government*. Tradução Peter Laslett. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- LYNCH, Christian Edward Cyril. Por que pensamento e não teoria? A imaginação político-social brasileira e o fantasma da condição periférica (1880-1970). *Dados*, v. 56, n. 4, p. 727-767, 2013.
- MELTON, James van Horn. Otto Brunner e as origens ideológicas da *Begriffsgeschichte*. In: JASMIN, Marcelo Gantus; FERES JÚNIOR, João (orgs.). *História dos conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2006. .
- MINOGUE, Kenneth. Method in Intellectual History: Quentin Skinner's Foundation. In: TULLY, James (org.). *Meaning and context: Quentin Skinner and his critics*. Princeton: Princeton University Press, 1988. .
- PALTI, E. J. The Problem of "Misplaced Ideas" Revisited: Beyond the "History of Ideas" in Latin America. *Journal of the History of Ideas*, v. 67, n. 1, p. 149-179, 1 jan. 2006.
- POCOCK, John Greville Agard. Conceitos e discursos: uma diferença cultural? Comentário sobre o *paper* de Melvin Richter. In: JASMIN, Marcelo Gantus; FERES JÚNIOR, João (orgs.). *História dos conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2006. p. 86-96.
- _____. *Linguagens do ideário político*. Tradução Fábio Fernandez. São Paulo: EdUSP, 2003.
- _____. *Political Thought and History: Essays on Theory and Method*. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2009.

- RAMOS, Alberto Guerreiro. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.
- RICHTER, Melvin. Avaliando um clássico contemporâneo: o *Geschichtliche Grundbegriffe* e a atividade acadêmica futura. In: JASMIN, Marcelo Gantus; FERES JÚNIOR, João (orgs.). *História dos conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2006. p. 39-53.
- RICHTER, Melvin. *The history of political and social concepts: a critical introduction*. Oxford: Oxford University Press, 1995.
- RICUPERO, Bernardo. *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*. São Paulo: Alameda, 2007.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Roteiro bibliográfico do pensamento político-social brasileiro, 1870-1965*. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Editora UFMG; Casa de Oswaldo Cruz, 2002.
- SILVA, Ricardo. História intelectual e teoria política. *Revista de Sociologia e Política*, v. 17, n. 34, p. 301-318, out. 2009.
- _____. O contextualismo linguístico na história do pensamento político: Quentin Skinner e o debate metodológico contemporâneo. *Dados*, v. 53, n. 2, p. 299-335, jan. 2010.
- SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. Tradução Renato Janine Ribeiro; Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- _____. *Hobbes and Republican Liberty*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- _____. *Liberty before liberalism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- _____. Meaning and understanding in the history of ideas. In: TULLY, James (org.). *Meaning & Context, Quentin Skinner and his critics*. Princeton: Princeton University Press, 1988. p. 29-67.
- _____. On the Liberty of the Ancients and the Moderns: A Reply to My Critics. *Journal of the History of Ideas*, v. 73, n. 1, p. 127-146, 2012.
- _____. *Visions of politics – Hobbes and civil science*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002a. v. 3.
- _____. *Visions of politics – Regarding method*. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2002b. v. 1.
- STRAUSS, Leo. *Natural right and history*. Chicago: University of Chicago Press, 1953.
- _____. On Collingwood's Philosophy of History. *The Review of Metaphysics*, v. 5, n. 4, p. 559-586, 1952.

- _____. *What is political philosophy? and other studies*. Chicago: University of Chicago Press, 1988.
- TUCK, Richard. History. In: GOODIN, Robert E.; PETTIT, Philip; POGGE, Thomas Winfried Menko (orgs.). *A companion to contemporary political philosophy*. Blackwell companions to philosophy. 2nd ed. Malden; Oxford: Blackwell Pub, 2007. p. 69-87.
- TUCK, Richard. *Natural Rights Theories: Their Origin and Development*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.
- TULLY, James (org.). *Meaning and context: Quentin Skinner and his critics*. Princeton: Princeton University Press, 1988.

Recebido: 02/09/2015

Aceito: 07/11/2015